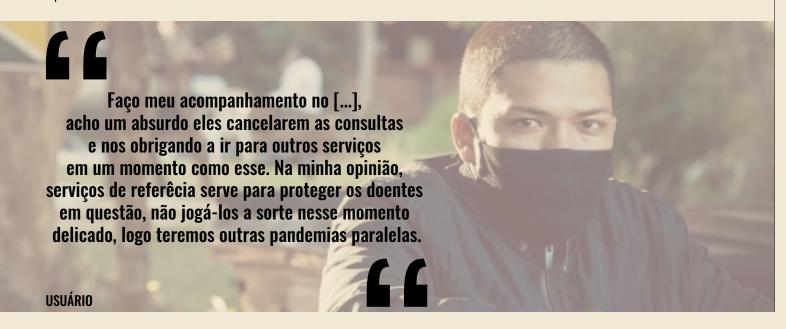
# O impacto da COVID-19 nas Políticas de Tuberculose, HIV e Aids: um levantamento da SC brasileira

em alinhamento com o Relatório de Progresso do Secretário Geral da ONU para a TB e suas recomendações

## Síntese dos dados intermediários — 1ª etapa do levantamento — outubro de 2020

Desde março de 2020, a ART TB Brasil, a ANAIDS, o CCAP TB Brasil, a Parceria Brasileira Contra a TB SC – movimentos da sociedade civil contra a tuberculose (TB), HIV e Aids –, com o apoio da CSTF-OMS, decidiram monitorar, sem pretensão acadêmica, os possíveis impactos da epidemia da COVID-19 nas políticas de enfrentamento da tuberculose e de HIV e Aids no Brasil. O esforço conta com o apoio do Programa Global de TB da OMS, da OPAS, da REDE-TB, e do DCCI/SVS/MS, bem como dos demais movimentos sociais e de pesquisa em TB, HIV e Aids no país. Por meio de questionários online, este levantamento tem como objetivo principal mapear de que forma as orientações emitidas pelo DCCI/SVS/MS, materializada em dois Ofícios Circulares (nº 8/2020/CGAHV e nº 5/2020/CGDR), vêm sendo incorporadas e implementadas nos estados, capitais e Distrito Federal, por parte de seus respectivos programas ao longo do ano. Busca ainda identificar os impactos do plano emergencial de enfretamento à COVID-19 nas ações relacionadas à prevenção, diagnóstico e tratamento das pessoas afetadas pela TB e pessoas vivendo com HIV e Aids.

Os dados intermediários referidos neste documento foram coletados nas cinco macrorregiões brasileiras entre junho e agosto de 2020 e refletem as percepções de três segmentos: gestores, profissionais de saúde e usuários dos serviços de saúde em tratamento para ambos os agravos. Os dados finais deste levantamento serão apresentados em dezembro de 2020.



Abaixo, um resumo das informações apuradas:

#### Políticas de TB:

- 50% dos gestores relatam não saber se houve alteração no recurso destinado às políticas de TB de 2020;
- 50% dos gestores e 51% dos profissionais de saúde apontam que houve redução nas equipes técnicas;
- 75% dos gestores e profissionais de saúde afirmam que foi mantida alguma estratégia de Tratamento Diretamente Observado (TDO), em contrapartida, somente 42% dos usuários dos serviços confirmam esta informação. Para 47% dos profissionais de saúde o TDO está mantido por meio do uso de ferramentas virtuais, 0% de usuários indicaram esse acompanhamento;
- 20% dos gestores e dos profissionais de saúde concordam que não foi possível disponibilizar medicamentos para 30 dias, conforme diretriz do DCCI/SVS/MS, enquanto 63% dos usuários afirmam receber medicação para 30 dias;
- 50% dos gestores e profissionais de saúde apontam uma perda em relação à capacidade da rede laboratorial para diagnóstico de tuberculose.

#### Políticas de HIV/Aids

- 44% dos gestores e 56% dos profissionais de saúde apontam que houve redução nas equipes técnicas;
- 25% dos gestores e 30% dos profissionais de saúde relatam que houve redução na oferta de testagem nos serviços de referência, e 32% de gestores e trabalhadores em saúde, apontam para a redução de testagem nas Unidades de Saúde;
- 81% dos gestores afirmam que os ARV estão sendo disponibilizados para 90 dias, conforme diretriz do DCCI/SVS/MS, mas apenas 32% dos profissionais de saúde confirmam esta informação, enquanto 42% dos usuários afirmam receber ARV para 90 dias, 42% afirma que recebe para 60 dias e 9% que recebe para 30 dias;
- 56% dos gestores e 57% dos profissionais de saúde afirmam que não mantiveram a rotina de consultas, enquanto 64% dos usuários afirmam que a rotina de consultas não está mantida e 60% informa que já teve algum cancelamento ou dificuldade em agendamento das consultas regulares.

# **Ações Gerais**

- 27% de todos os profissionais de saúde entrevistados atestam falta de sabão no cotidiano dos serviços de saúde;
- 68% dos usuários dos serviços relatam não acessar nenhum item nos serviços de saúde sobre disponibilização de materiais de proteção à COVID-19.

### **Políticas Sociais**

31% dos usuários dos serviços confirmam que tiveram acesso ao Auxílio Emergencial do Governo Federal, número muito próximo ao de pessoas que contaram com o apoio de ONGs durante a epidemia de COVID-19, que foi de 28%.

ART TB Brasil – Articulação Social Brasileira para o Enfrentamento da Tuberculose
ANAIDS – Articulação Nacional de Luta contra a Aids
CCAP TB Brasil – Comitê Comunitário de Acompanhamento em Pesquisas de Tuberculose no Brasil
Parceria Brasileira contra a Tuberculose – Segmento da Sociedade Civil (Stop TB Brasil)
CSTF-OMS – Força Tarefa da Sociedade Civil para a Organização Mundial da Saúde